

# A Gestão Estratégica da Administração 4

 Editora  
**Atena**

Ano 2018

Atena Editora

# **A Gestão Estratégica da Administração**

## **4**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Edição de Arte e Capa:** Geraldo Alves

**Revisão:** Os autores

### **Conselho Editorial**

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

G393 A gestão estratégica na administração 4 [recurso eletrônico] /  
Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,  
2018.  
7.569 kbytes – (Administração; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-10-9

DOI 10.22533/at.ed.109283107

1. Administração. 2. Planejamento estratégico. I. Atena Editora.  
II. Série.

CDD 658.4

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

E-mail: [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CONTABILIDADE E A RECUPERAÇÃO JUDICIAL: PERCEPÇÃO DOS MAGISTRADOS DA COMARCA DE RESENDE/RJ	
<i>Cleidinei Augusto da Silva</i> <i>Alex de Araújo Pimenta</i> <i>Beatriz de Moura Nogueira</i> <i>Cristiane Soares da Silva</i> <i>Paula Josias da Silva Sousa</i>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>18</b>
A RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA O MERCADO ACIONÁRIO BRASILEIRO: TEORIAS E FATORES RELACIONADOS À DECISÃO DOS USUÁRIOS QUANTO AO INVESTIMENTO EM AÇÕES ORDINÁRIAS E PREFERENCIAIS	
<i>Vinícius da Silva Matos</i> <i>Edson Vinícius Pontes Bastos</i>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>39</b>
ANÁLISE DE REDES SOCIAIS E TEORIA ATOR-REDE: CONVERGÊNCIAS E EMBATES ENTRE VISÕES INTERACIONISTAS	
<i>Gustavo Mendonça Ferratti</i> <i>Augusto Squarsado Ferreira</i> <i>Mário Sacomano Neto</i>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>57</b>
CHECK-UP DE UM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA PERSPECTIVA DOS COLABORADORES: UM ESTUDO DE CASO NO COLÉGIO DIOCESANO SERIDOENSE EM CAICÓ/RN	
<i>Pedro Paulo Donato</i> <i>Leandro Aparecido da Silva</i> <i>Tiago Douglas Cavalcante Carneiro</i> <i>Tatiane de Lourdes Azevedo da Cunha Bezerra</i> <i>Pablo Phorlan Pereira de Araújo</i>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>70</b>
DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS EM UMA CANTINA ESCOLAR: DIAGNÓSTICO E PROPOSTA DE MELHORIAS	
<i>Jéssica Moreira Rocha</i> <i>Victor Lopes Millard</i> <i>Luiz Bandeira de Mello Braga</i>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>82</b>
EFICIÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL RESULTANTES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APLICAÇÃO DA ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS (DEA) NOS ESTADOS E REGIÕES BRASILEIRAS	
<i>Nelson Guilherme Machado Pinto</i> <i>Daniel Arruda Coronel</i> <i>Reisoli Bender Filho</i>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>102</b>
ESTRATÉGIAS E POSTURAS ESTRATÉGICAS ENTRE IES PÚBLICA E PRIVADA EM CONTEXTOS INSTITUCIONAIS SIMILARES	
<i>Rodrigo Oliveira Miranda</i> <i>Lucas Gurgel Mota Saraiva</i>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>125</b>
FATORES INFLUENCIADORES NO FECHAMENTO DA EMPRESA DE BIOTECNOLOGIA SKINGEN, DO GRUPO BOTICÁRIO	
<i>Adriana Queiroz Silva</i>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>140</b>
GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E COLETA SELETIVA: ANÁLISE DAS AÇÕES EM UM MUNICÍPIO FLUMINENSE	
<i>Gardênia Mendes de Assunção Santos</i>	
<i>Liana Cid Bácia</i>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>154</b>
IMPACTOS NA GESTÃO DA INOVAÇÃO EM UMA PEQUENA EMPRESA BENEFICIADA VIA SUBVENÇÃO ECONÔMICA.	
<i>Rafael Dantas de Oliveira</i>	
<i>Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira</i>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>171</b>
IS IT PRACTICAL OR PRACTICE? A STUDY ON THE CONSUMPTION BEHAVIOR OF COFFEE CAPSULES	
<i>Rodrigo Marçal Gandia</i>	
<i>Cassiano de Andrade Ferreira</i>	
<i>Elisa Reis Guimarães</i>	
<i>Joel Yutaka Sugano</i>	
<i>Daniel Carvalho Rezende</i>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>189</b>
MÉTODOS ATIVOS DE ENSINO: CASO DE APLICAÇÃO DO CICLO DE APRENDIZAGEM VIVENCIAL (CAV) COM ESTUDANTES DE EMPREENDEDORISMO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	
<i>Mauro Celio Araújo dos Reis</i>	
<i>Veruska Albuquerque Pacheco</i>	
<i>Sandson Barbosa Azevedo</i>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>213</b>
NOVOS PARADIGMAS PARA LRF: ESPECIALISTAS EM GESTÃO PÚBLICA E ADOÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	
<i>Silvio Broxado</i>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>230</b>
O PROCESSO DE FORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA ATRAVÉS DO BALANCED SCORECARD EM UMA EMPRESA JÚNIOR DA ÁREA TECNOLÓGICA	
<i>Rebeka Coelho de Almeida Alves</i>	
<i>Lucas dos Santos Costa</i>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>242</b>
OS IMPACTOS DO RECONHECIMENTO DO ARRENDAMENTO MERCANTIL NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE AVIAÇÃO CIVIL: UM ESTUDO SOBRE A APLICAÇÃO DA IFRS 16	
<i>Leandro Clayton de Oliveira</i>	
<i>Alessandro Pereira Alves</i>	
<i>Henrique Suathê Esteves</i>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>262</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DOS PROGRAMAS PNAE E PAA NA MERENDA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA	
<i>Thiago Chagas de Almeida</i>	
<i>Ivan Souza de Abreu</i>	
<i>Mauro Macedo Campos</i>	

<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>276</b>
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO X SATISFAÇÃO DO CLIENTE: ESTUDO DE CASO DA EMPRESA CELG – MORRINHOS/GO <i>Lucivone Mª Peres de Castelo Branco</i> <i>Lais Milene Vaz Ribeiro</i> <i>Thaís Furtado Mendes</i>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>291</b>
RECEITA PÚBLICA TRIBUTÁRIA NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA/RJ: UM ESTUDO SOBRE A EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS PRÓPRIOS <i>Jéssica Sardela Mota</i> <i>Wilton do Amaral André</i>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>302</b>
TRANSPORTE HIDROVIÁRIO NA AMAZÔNIA: O DESENVOLVIMENTO REGIONAL ATRAVÉS DO PORTO PÚBLICO DE PORTO VELHO <i>Artur Virgílio Simpson Martins</i> <i>Carlo Filipe Evangelista Raimundo</i> <i>Gilberto Laske</i> <i>Daiana Cavalcante Gomes</i> <i>Samuel dos Santos Junio</i>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>310</b>
USO DA FERRAMENTA PDCA PARA CONTROLE DE ESTOQUE DE MATERIAIS EM UMA CLÍNICA ODONTOLÓGICA <i>Mariângela Catelani Souza</i> <i>Aniele Bernardes dos Santos</i> <i>Bruna Grassetti Fonseca</i> <i>Elizangela Cristina Begido Caldeira</i> <i>Anderson Gustavo Penachiotti</i>	
<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	<b>326</b>

## RECEITA PÚBLICA TRIBUTÁRIA NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA/RJ: UM ESTUDO SOBRE A EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS PRÓPRIOS

**Jéssica Sardela Mota**

Universidade Federal Fluminense

Miracema - Rio de Janeiro

**Wilton do Amaral André**

Instituto Federal Fluminense

Miracema - Rio de Janeiro

**RESUMO:** O objetivo do presente trabalho consiste em realizar um estudo sobre o desenvolvimento da arrecadação de tributos próprios no município de Miracema, localizado na região noroeste do estado do Rio de Janeiro, no quinquênio de 2012 a 2016. Buscou-se ainda analisar se as ações governamentais voltadas para a área da gestão fiscal impactaram a receita, nos períodos em que foram realizadas. Para tanto, foi apresentado um referencial teórico composto pelos conceitos e particularidade do tema referente à Receita Pública e Receita Pública Municipal. A pesquisa foi realizada de forma quantitativa e descritiva, através da análise de material bibliográfico e documental. Foram levantados dados junto a Secretaria Municipal de Fazenda que permitiram a análise individual de cada tributo e seu desempenho em relação ao valor total arrecadado no período. Constatou-se que os tributos que apresentaram crescimentos mais significativos foram o ISSQN e o IPTU, e que as ações realizadas pela gestão,

destinadas para a área fiscal, influenciaram positivamente no comportamento dos tributos para os quais foram voltados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Orçamento público; receita tributária; arrecadação de tributos.

**ABSTRACT:** The objective of the work is to carry out a study on the development of the collection of own taxes in the municipality of Miracema, located in the northwest region of the state of Rio de Janeiro, in the five-year period from 2012 to 2016. It was also sought to analyze if the governmental actions focused on the area of fiscal management that impacted the revenue, in the periods in which they were carried out. Therefore, a theoretical framework was presented, composed of the concepts and particularity of the theme related to public revenue and municipal public revenue. The research was carried out quantitatively and descriptively, through the analysis of bibliographical and documentary material. The data were taken from the Municipal Finance Department, which allowed the individual analysis of each tax and its performance in relation to the total amount collected during the period. It was verified that the tributes that presented more significant growths were ISSQN and IPTU and that the actions carried out by management positively influence the behavior of taxes.

**KEYWORDS:** Public budget; tax revenue; tax

collection.

## 1 | INTRODUÇÃO

O conceito de receita pública pode ser entendido como “os recursos instituídos e arrecadados pelo poder público com a finalidade de serem aplicados em gastos que atendam aos anseios e demandas da sociedade” (CARVALHO, 2010, p. 283). Complementarmente, a Lei nº 4.320/1964, que institui as Normas Gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos em todas as esferas do governo, em seu artigo 9º, traduz que a receita tributária compreende os impostos, as taxas, e as contribuições de melhoria (BRASIL, 1964).

As finanças municipais apresentam sua composição estruturada basicamente em duas principais fontes de recursos: na arrecadação de receitas próprias, realizada através de tributos de competência exclusiva e comum dos municípios; e nas transferências de receitas intergovernamentais, originadas nas esferas superiores de governo (União e Estados) e repartidas, com objetivos distributivos e compensatórios, atenuando desigualdades regionais (VILLELA, 1993).

Esta descentralização financeira entre os entes federativos do Estado foi acentuada com o advento da Constituição Federal de 1988. A partir da Carta Magna, os municípios passaram a ser reconhecidos como entes da federação, e adquiriram competência para tributar (TRISTÃO, 2003). Como consequência, “com a descentralização tributária, os municípios passaram a ter autonomia para legislar e determinar políticas de incentivos fiscais em sua área territorial” (HENRIQUE et al., 2016, p.182).

Uma vez que a receita própria do município tem base de arrecadação menor em relação à do estado e da União, conforme afirma Anselmo (2013), ações governamentais que visem ao fortalecimento da arrecadação das receitas próprias municipais, são de suma importância para uma gestão fiscal eficiente.

Entre medidas que podem impactar positivamente o crescimento da arrecadação municipal cita-se a manutenção constante dos cadastros; atualização da legislação tributária municipal; investimento em tecnologia da informação, entre outras.

No entanto, por motivos de cunho muitas vezes político, ações que interfiram diretamente no aumento dos tributos apresentam-se congeladas por parte do gestor, visto que o contribuinte se apresenta relutante ao ônus que será acrescido ao seu tributo a ser recolhido.

Neste contexto, o objetivo central deste trabalho concentra-se em realizar um estudo sobre o desenvolvimento da arrecadação de tributos próprios no município de Miracema, localizado na região noroeste do estado do Rio de Janeiro, no período de 2012 a 2016. Como objetivos específicos, o estudo pretende levantar quais são os impostos em curso no município de Miracema (RJ); analisar de que maneira ocorreu a



evolução da arrecadação da receita pública tributária; e ainda investigar quais ações governamentais voltadas para a gestão fiscal foram realizadas no período proposto.

A partir deste escopo, surgiu-se a seguinte problematização: Como ocorreu a evolução da arrecadação da receita pública tributária municipal no período analisado? Como as ações governamentais voltadas para a área da gestão fiscal impactaram a receita, nos períodos em que foram realizadas?

A pesquisa torna-se relevante por se tratar de um estudo inédito aplicado ao município em questão, referente à matéria tributária, podendo ainda revelar uma possível relação entre ações governamentais e seus impactos no progresso da arrecadação própria municipal.

Para tanto, será desenvolvido um referencial teórico sobre o tema; apresentada a metodologia de pesquisa aplicada ao estudo, que será desenvolvida quanto aos objetivos, de forma descritiva; quanto aos procedimentos, como documental e bibliográfica; e quanto a abordagem, de forma quantitativa; exposto o resultado e a análise dos dados, obtidos junto ao órgão competente responsável pelas informações necessárias, a saber, Secretaria Municipal de Fazenda; e por fim, elaborada as considerações finais.

## **2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Receita Pública**

O Manual de Procedimento da Receita Pública da Secretaria do Tesouro Nacional (2004, p.14) define receita pública como “todos os ingressos de caráter não devolutivo auferidas pelo poder público, em qualquer esfera governamental, para alocação e cobertura das despesas públicas”. Desse modo, todo o ingresso orçamentário constitui uma receita pública, pois tem como finalidade atender às despesas públicas (BRASIL, 2004).

A instituição da matéria referente ao tema de receita pública no Brasil é regulamentada através da Lei nº 4.320/1964, que classifica a receita, quanto à natureza, em orçamentária e extraorçamentária. A receita orçamentária pode ser entendida como todas as receitas que são arrecadadas, incluindo neste grupo as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no orçamento (PIAUÍ, 2007). Está incluída no orçamento fiscal dos municípios, estado, ou União, e sua arrecadação depende de autorização legislativa.

No que tange à receita extraorçamentária, esta se caracteriza através da ocorrência de fatos de natureza financeira decorrente da própria gestão pública, e não se integra ao orçamento fiscal dos entes federados (PIAUÍ, 2007). Como exemplo, pode-se citar operações de crédito por antecipação da receita orçamentária de cauções em dinheiro. Em virtude da finalidade desta pesquisa, apenas a receita pública orçamentária será vista com o devido detalhamento.

As receitas orçamentárias, quanto a sua classificação econômica são distribuídas em duas grandes categorias: receitas correntes e receitas de capital, ambas previstas no art. 11 da Lei 4.320/1964. Quanto às suas particularidades, cabe ressaltar:

**Receitas correntes** - são receitas correntes as tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras, e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público e privado, quando destinadas a atender a despesas classificáveis em despesas correntes.

**Receitas tributárias** - são decorrentes da competência tributária instituída pela Constituição Federal. Os tributos compreendem os Impostos, as Taxas e as Contribuições de Melhoria.

**Impostos:** é a modalidade de tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativamente ao contribuinte;

**Taxas:** tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição;

**Contribuições de melhoria:** é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.

**Receitas de capital** - são Receitas de Capital, as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas classificáveis como Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente (DIAS, 2012; SOUZA, 2014; apud BRITO & DIAS, 2016).

As receitas orçamentárias podem ser classificadas ainda quanto a sua forma de realização. Para esta classificação têm-se as Receitas Próprias, que ocorre quando o seu ingresso é promovido pelos próprios órgãos, através de agentes arrecadadores; as Transferências, quando sua arrecadação se realiza através de outros órgãos; e os Financiamentos, também conhecidos como operações de crédito, que podem ser internos, quando captados dentro do regime interno do País, ou externos, quando obtidos fora dos limites territoriais brasileiros (PIAUI, 2007).

## 2.2 Receita Pública Municipal

A partir do advento da Constituição Federal de 1988 os municípios passaram a ser reconhecidos como entes da federação, e com isso adquiriram competência para tributar (TRISTÃO, 2003). No entanto, mesmo após este aumento de autonomia administrativa e tributária, muitos municípios ainda continuaram dependentes de repasses governamentais, que são transferidos aos mesmos através do Estado e da União. Desta forma, a receita pública municipal é composta pela receita tributária

própria, e por transferências intergovernamentais, podendo estas variar em função da população, valor adicionado e renda per capita (PEREIRA, 2002).

Conforme Brito & Dias (2016) afirmam, dentre as principais receitas intragovernamentais destacam-se o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Cota-parte do Imposto Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Operações Financeiras/Ouro (IOF-OURO), Fundo de Compensação às Exportações (Ipi Exportação), Cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Cota-parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (Ipva), e Fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e valorização dos profissionais da educação (Fundeb).

A receita própria, por sua vez, de acordo com o Código Tributário Nacional e com a CF de 88, compreende o Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), o Imposto sobre a transmissão onerosa *Inter Vivos* de bens imóveis e direitos a ele relativos (ITBI), e Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) e tributos de natureza comum.

Conforme a Lei nº 5.172/66 (CTN), conceitua-se como:

**IPTU** - Art. 32. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

**ITBI** - Art. 35. O imposto que tem como fato gerador: I - a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos na lei civil; II - a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia; III - a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos I e II.

A cerca do IPTU, é importante ainda destacar que:

O cadastro correto e atualizado constitui-se peça fundamental par melhorar a arrecadação do IPTU e, ainda, como instrumento de política fiscal, uma vez que o conhecimento das características dos imóveis permitirá a existência de uma carga tributária compatível com a capacidade contributiva dos seus proprietários (TRISTÃO, 2003, p. 79).

Sua base de cálculo é o valor venal do imóvel, que a própria administração municipal estima através de avaliação. Geralmente utilizam-se métodos de avaliação em massa que dão origem a Planta Genérica de Valores, determinando de modo mais eficiente o valor venal do imóvel e conseqüentemente a base de cálculo do IPTU (TRISTÃO, 2003).

O ISSQN, por sua vez, possui como fato gerador a prestação de serviços, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviços de qualquer natureza, definidos em Lei Complementar nacional, desde que não estejam compreendidos na competência dos Estados (BRITO & DIAS, 2016). Tristão (2003, p. 89) afirma que “com o processo de urbanização o setor de serviços cresceu propiciando uma considerável base econômica para a arrecadação deste tipo de tributo”.

As alíquotas para a cobrança do ISSQN são estabelecidas pelos próprios municípios, cabendo a este também, uma eficiente fiscalização no processo de recolhimento deste imposto, que por muitas das vezes, acaba sendo sonegado.

Conforme Tristão (2003) há por fim, os tributos de natureza comum, que são as taxas e contribuições de melhoria que os municípios podem instituir e cobrar. União e Estados também podem fazê-los.

### 3 | MÉTODO DE PESQUISA

Conforme Gil (2010, p. 17), conceitua-se pesquisa todo o “procedimento formal e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. O objetivo principal da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. Desta forma, quanto a natureza da pesquisa, esta se classifica como aplicada, uma vez que se torna motiva pela necessidade de resolver problemas concretos e possui finalidade prática (VERGARA, 2000).

Neste contexto, Beuren (2006) classifica em três as tipologias de delineamento aplicados na área das ciências sociais aplicadas, que são: quanto aos objetivos; quanto aos seus procedimentos; e quanto à abordagem.

No que tange aos objetivos, a presente pesquisa enquadra-se como descritiva, que visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo, que ao final do levantamento será realizado uma análise das diversas variáveis envolvidas, para uma posterior avaliação dos efeitos apresentados. (GIL, 2010). Além disso, se torna *ex post facto*, pois se refere a eventos já ocorridos entre os anos de 2012 a 2016.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa classifica-se como pesquisa documental. Gil (2010) relata que pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser relacionados de acordo com os objetivos da pesquisa. O estudo enquadra-se também, como uma pesquisa bibliográfica, uma vez que o levantamento bibliográfico se dá por meio de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2010).

No aspecto da abordagem do problema, se faz quantitativa, uma vez que é usada para medir e quantificar os resultados da investigação, e caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados (RICHARDSON et al. 2007).

O universo da pesquisa delimita-se no estudo dos tributos de origem própria do município de Miracema, localizado no noroeste do estado do Rio de Janeiro, no período de 2012 a 2016, que avaliará a arrecadação dos impostos e taxas de maior relevância para a receita do município. Para tanto, foi realizado um levantamento dos valores arrecadados por fonte da receita, dos tributos analisados, individualmente,

junto ao setor de contabilidade, pertencentes à Secretária Municipal de Fazenda. Na Seção de fiscalização tributária, foi realizada também a busca de dados pertinentes à matéria fiscal, que pudessem auxiliar na análise da evolução da receita, como por exemplo, o número de cadastros imobiliários e mobiliário ativos no município.

#### 4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

A receita tributária municipal (própria) é formada pelo IPTU, ISSQN, ITBI e tributos de natureza comum, constituídos por taxas e contribuições de melhorias. Desta forma, para se analisar a evolução da arrecadação do município de Miracema-RJ, no período de 2012 a 2016, optou-se pela análise isolada dos tributos, de forma a se identificar a importância de cada um, e de que forma as ações da gestão fiscal os impactaram.

De posse dos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Fazenda (SEFAZ), foi realizado o levantamento anual dos ingressos individuais de cada fonte da receita tributária, como se observa na tabela 1.

ARRECADAÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA DO MUNICÍPIO DE MIRACEMA/RJ					
Tributos	2012	2013	2014	2015	2016
<b>IPTU</b>	719.753,86	750.134,86	851.776,87	772.693,87	1.165.306,13
<b>ITBI</b>	132.290,16	155.034,70	176.225,69	232.975,77	196.612,58
<b>ISSQN</b>	518.211,54	664.276,26	1.012.400,72	1.457.169,53	1.455.507,51
<b>TAXAS</b>	263.909,37	199.227,08	314.532,97	443.452,32	422.620,64

Tabela 1. Valores arrecadados por fonte da receita no período de 2012 a 2016

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados fornecidos pela SEFAZ de Miracema, RJ (2017).

Percebe-se que o imposto que apresentou maior relevância dentre os tributos arrecadados foi o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, com sua arrecadação representando 42,91% da receita tributária média no período analisado. Em seguida, destaca-se o Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), com arrecadação correspondente a 35,78% da receita própria. Com percentuais menos expressivos, aparecem as Taxas, instituídas pelo município, com 13,81%, e o Imposto sobre a transmissão onerosa *Inter Vivos* de bens imóveis e direitos a ele relativos (ITBI), com 7,50% de representatividade sobre a receita tributária média de 2012 a 2016.

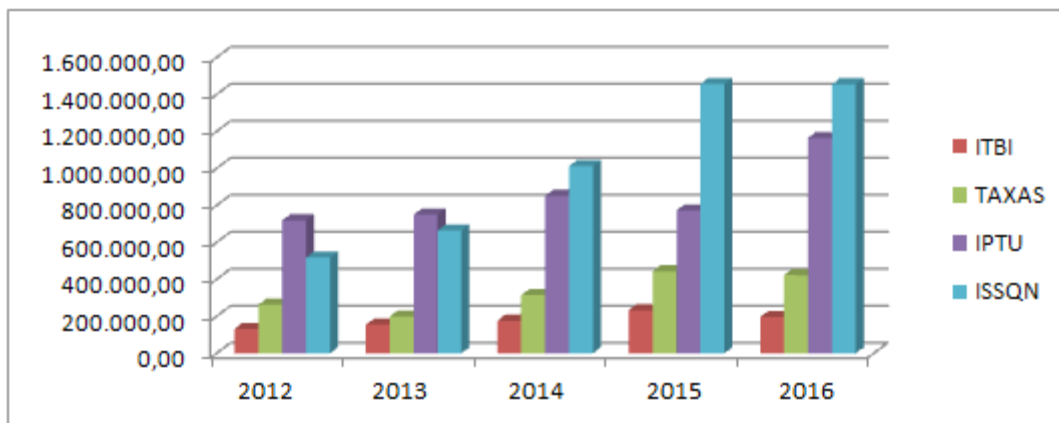


Figura 1. Evolução da Receita Tributária arrecadada no município de Miracema/RJ, no quinquênio, 2012-2016.

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados fornecidos pela SEFAZ de Miracema, RJ (2017).

O IPTU, que até 2013 era tido como a maior fonte de receita própria municipal, conforme apurado na figura 1, a partir do ano de 2014 é superado pela arrecadação do ISSQN. Embora apresente crescimento de 13,55% no ano de 2014, em relação ao ano anterior, retrata um aumento expressivo apenas no ano de 2016, impactado pela ocorrência de um recadastramento imobiliário, realizado pela gestão através de empresa independente, e revisão da planta genérica de valores, que determina de modo mais eficiente o valor venal do imóvel e consequentemente a base de cálculo do IPTU, impactando, desta forma, no montante arrecadado (TRISTÃO, 2003). Conforme dados obtidos na seção de fiscalização tributária, pertencente à Secretaria de Fazenda, foram lançados no total, 1.539 novos cadastros imobiliários.

O ISSQN, por sua vez, já no ano de 2014, apresenta um aumento de 52,41% em relação ao ano anterior. Tal fato se dá, devido a duas importantes ações voltadas para a gestão fiscal do município: a aprovação pela Câmara Legislativa, do Novo Código Tributário Municipal, através da lei nº 1.453/2013, que proporcionou relevante atualização das alíquotas aplicáveis na incidência deste imposto; e a implantação da Nota Fiscal Eletrônica (Nf-e), que substituiu a comprovação de prestação de serviços entre as partes, até então realizadas em documentos fiscais emitidos em papel, e que agora, passa a ser realizada de forma digital. Tal feito proporciona como benefício uma melhoria no processo de controle fiscal, e diminuição da sonegação, provocando desta forma, aumento da arrecadação (BRASIL, 2017).

No tocante às Taxas municipais, são regulamentadas através do CTN Municipal, a instituição e cobrança das taxas: 1) decorrentes do exercício do poder de polícia, dentre as quais se destacam a de Licença e Funcionamento de comércio e indústria, e Aprovação de Projetos de Construção; e das taxas 2) decorrentes da utilização efetiva ou potencial de bens ou serviços públicos, onde se sobressaem as taxas de coleta de lixo e de limpeza pública. Embora tenha apresentado valores arrecadados não tão expressivos entre os anos de 2012 e 2013, notou-se um aumento significativo

a partir do ano de 2014, chegando a um crescimento de 57,88% em relação ao ano anterior. A isto, deve-se também, o fato do município, neste exercício, já operar com sua legislação tributária atualizada, através da lei de nº 1.453/2013, que renovou a base de cálculo para a cobrança deste tributo.

O Imposto sobre a transmissão onerosa *Inter Vivos* de bens imóveis e direitos a ele relativos (ITBI), representou a receita de menor relevância no período analisado. Conforme se observa na tabela 2, embora tenha alcançado um aumento percentual de 32,20% entre os anos de 2014 e 2015, em 2016 sua arrecadação atinge uma queda de -15,61% em relação ao ano anterior.

VARIACAO ANUAL DA ARRECADACAO EM MIRACEMA/RJ - VALORES EM %				
	2012/ 2013	2013/ 2014	2014/ 2015	2015/ 2016
<b>Tributos</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>IPTU</b>	4,22%	13,55%	-9,28%	50,81%
<b>ITBI</b>	17,19%	13,67%	32,20%	-15,61%
<b>ISSQN</b>	28,19%	52,41%	43,93%	-0,11%
<b>TAXAS</b>	-24,51%	57,88%	40,99%	-4,70%

Tabela 2. Variação anual da arrecadação em Miracema/RJ

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados fornecidos pela SEFAZ de Miracema, RJ (2017).

## 5 | CONCLUSÕES

Quanto ao objetivo geral deste trabalho, que se preocupou em realizar um estudo sobre o desenvolvimento da arrecadação de tributos próprios no município de Miracema, localizado na região noroeste do estado do Rio de Janeiro, no período de 2012 a 2016, concluiu-se que apesar de grandes oscilações, houve aumento significativo da receita dos principais tributos arrecadados, sendo apontados como de maior representatividade o ISSQN e o IPTU, que juntos, constituíram 78,69% da arrecadação total no período analisado.

Aos objetivos específicos propostos, constatou-se que em conjunto com ISSQN e o IPTU, atuam na arrecadação própria do município o Imposto sobre a transmissão onerosa *Inter Vivos* de bens imóveis e direitos a ele relativos (ITBI) e as taxas decorrentes do exercício do poder de polícia e de utilização efetiva ou potencial de bens ou serviços públicos, sendo estas, o tributo que, entre os demais, apresentou o maior índice de variação anual na arrecadação, representando um aumento de 57,88% entre os anos de 2013 e 2014.

Referente às ações governamentais voltadas para a área da gestão fiscal ocorridas no período estudado, ressalta-se que a Prefeitura Municipal de Miracema, entre os anos de 2013 a 2016, implementou medidas que contribuiriam para o aperfeiçoamento dos instrumentos de arrecadação. Entre elas destacaram-se a atualização do Código Tributário Municipal, através da Lei de nº 1.453/2013; a

implantação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), no ano de 2014, de importância elevada no processo de gestão do ISSQN; a atualização da Planta Genérica de Valores, que impactou a arrecadação do IPTU; e a realização do recadastramento imobiliário, no ano de 2015, que além de ter proporcionado a inserção de novos cadastros na base de dados do município, propiciou a manutenção dos cadastros já existentes. Todas estas ações impactaram de forma direta a arrecadação dos tributos para os quais foram voltadas.

Em resposta ao problema de pesquisa apresentado sobre como ocorreu a evolução da arrecadação da receita pública tributária municipal no período analisado, identificou-se que nenhum dos tributos analisados obteve crescimento contínuo. O destaque foi para o exercício de 2014, que fez-se o único em que não se registrou percentual de variação anual negativo. A arrecadação no exercício do ano de 2016, no entanto, foi a que mais apresentou índices de variação anual negativos. Dos tributos analisados neste período, o IPTU foi o único que retratou índice positivo.

Como limitação ao estudo, tem-se que não foi realizada a análise dos ingressos dos créditos tributários inscritos, pelo município, em dívida ativa. Desta forma, não se analisou as possíveis ações da gestão, para a recuperação desta receita, como por exemplo, a instituição de programas de Recuperação Fiscal. A cerca de novas proposições de trabalhos relacionados ao tema, sugere-se a realização de um estudo qualitativo, a respeito de que forma a capacidade de governabilidade do gestor, pode ter influência sobre os contribuintes no processo de arrecadação da receita tributária.

## REFERÊNCIAS

ANSELMO, João Luís. **Tributo municipal**. Série Educação Fiscal para a Cidadania. Fundação Prefeito Faria Lima. Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal. São Paulo: Cepam, 2013.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. 1988.

\_\_\_\_\_. Código Tributário Nacional: Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966. **Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios**.

\_\_\_\_\_. Lei de Responsabilidade Fiscal: lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Brasília, 23 mar. 1964.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Receitas públicas : manual de procedimentos : aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios / Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional** – Brasília : Secretaria do Tesouro Nacional,



Coordenação-Geral de Contabilidade, 2004.

\_\_\_\_\_. Portaria STN nº 219 de 29/04/2004. Aprova a 1ª edição do Manual de Procedimentos da Receita Pública.

\_\_\_\_\_. **Portal da Nota Fiscal Eletrônica**. 2017. Disponível em: <https://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/principal.aspx>. Acesso em: 15/08/2017

BRITO, Horlânia de Sousa; DIAS, Ricjardeson Rocha. O Comportamento Da Receita Pública Municipal: Um Estudo De Caso No Município De Parnaíba-Pi. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v. 3, n. 1, 2016.

CARVALHO, Deusvaldo. **Orçamento e Contabilidade Pública**: teoria, prática e mais de 800 exercícios. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CGE/PIAUÍ. Controladoria Geral do Estado do Piauí -. **Manual do Gestor Público**: orientações técnicas e procedimentos administrativos e financeiros. 2ª ed. Teresina, 2007. 300 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010

HENRIQUE, Marco Antonio; KAMIMURA, Quésia Postigo; RICCI, Fábio. Tributação municipal e incentivos fiscais: um estudo de caso em São José dos Campos e Taubaté SP. **Revista da FAE**, v. 14, n. 2, p. 180-192, 2016.

PEREIRA, J. A. M. **Finanças Públicas Municipais**: relação de dependência entre receita transferida e receita própria dos municípios do estado do rio grande do sul. Período 1989-1998. Atividade acadêmica. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, 2002.

RICHARDSON et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

TRISTÃO, J. A. M. **A Administração Tributária dos Municípios Brasileiros**: uma avaliação do desempenho da arrecadação. São Paulo: EAESP/FGV, 2003, 172 p. (Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós - Graduação da EAESP/FGV).

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2000. 92 p.

VILLELA, Luiz. Sistema Tributario y Relaciones Financieras Intergubernamentales: La Experiencia Brasileña. In: **Planeacion & Desarrollo**. Bogota, 1993.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-10-9



9 788585 107109